Ano XIII ... Nº 378 ... Uberaba/MG ... março/abril/maio de 2013

Revelação

Jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba

Adoção
Um caminho para a constituição da família
08

Seu direito
Conheça o Ministério Público Federal
16

Acolhimento
Vítimas de violência têm apoio de especialistas
18

Direitos Humanos

Foto: Madu Monteiro

issuu-downloader.com

Editorial

Recentemente, alunos dos segundo período de Jornalismo da Uniube receberam o convite para participar do 4º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão (www.jovemjornalista.org.br). Criado em 2009 pelo Instituto Vladimir Herzog (www.vladimirherzog.org), o prêmio tem como objetivo oferecer aos estudantes de jornalismo a oportunidade de desenvolver um trabalho jornalístico prático e reflexivo desde o projeto até a realização final de uma reportagem na produção de informações que garantam o direito à vida e à justiça.

Na ocasião, o tema proposto no regulamento do prêmio para a preparação da pauta era "As Comissões da Verdade no Brasil". Mas, na prática, o assunto era um tanto obtuso para alunos ainda ingressantes no mundo das notícias e que pouco sabiam sobre os anos de chumbo vividos durante a Ditatura Militar no Brasil (período historicamente compreendido entre 1964 e 1985).

Enquanto um grupo encarava o desafio de procurar pistas para uma pauta com o tema tão amplo e um tanto vago, os demais colegas da turma resolveram mergulhar no entendimento sobre o vasto campo dos direitos humanos em órgãos estatais, organizações não governamentais e nos mais diversos sites de pesquisa acadêmica.

Em seguida, os alunos listaram os mais variados assuntos de seu interesse relativos aos direitos humanos como acessibilidade, migração e xenofobia, adoção, violência contra a mulher, reinserção de ex-detentos na sociedade, entre outros tantos temas. Em outra etapa, foram buscadas fontes e personagens que pudessem fornecer dados e dar depoimentos que ilustrassem a violação ou a garantia de algum direito abordado e, por fim, foi fechada a pauta.

Todo o processo de entrevistas, redação e revisão foi debatido e discutido em sala, e os alunos ficaram também responsáveis pela produção das fotos e sugestão de títulos e linhas finas de suas matérias. O resultado de algumas reportagens produzidas por esses alunos você confere nesta edição especial do jornal-laboratório Revelação sobre Direitos Humanos.

De ônibus?

Rona Abdalla
7º período de Jornalismo

Definitivamente andar de ônibus não é a coisa mais legal do mundo! Sim, conheço gente que A-D-O-R-A, mas perdi as contas de quantas vezes prometi, ao descer no meu destino, bufando de raiva, que não iria mais andar e que, no próximo ano, iria tirar carteira de motorista. Fico só na promessa! Fobia e um pouco de comodismo me distanciam do volante de um carro. Minha falta de noção de espaço, distância e tempo me diz que se eu me atrever a dirigir terei duas opções; vou me dar muito bem ou vou sair fazendo estragos. Como o medo de fazer estragos é maior, continuo 'criando' coragem para enfrentar uma autoescola e andando, a contragosto, para cima e para baixo de ônibus.

Uma coisa que é inegável: carro nenhum nos proporciona participar de conversas como as dos ônibus. Receitas para emagrecer, remédios, problemas pessoais, brigas de namorados, casamentos, roubos, fofocas de celebridades, eventos na cidade, viagens, resumo de novela e até ingredientes para macumba.

Já ouvi pessoas falando mal de gente conhecida sem imaginar que outras pessoas poderiam conhecer os envolvidos. Presenciei brigas também. As mais comuns são entre motoristas e passageiros. Os motivos? Muitos: correr demais, andar devagar demais, não parar no ponto, não fechar a porta, fechar a porta antes de todo mundo descer... vixi!

No ônibus, fiquei com vontade de chorar também. Certa vez, uma senhora, sentada no banco da frente ao que eu estava, daqueles únicos, estava dormindo, visivelmente cansada e com uniforme. Não dava para saber se ia ou voltava do trabalho. Outra senhora entrou no ônibus e cismou que tinha que acordá-la, alegando que ela poderia estar passando mal. Sonolenta e com a voz cansada, a trabalhadora contou que não dormia muito bem há alguns meses porque o marido estava doente e ela passava a noite acordada cuidando dele e que o momento de descanso era entre a casa e o serviço. No exato momento em que a "preocupada" atrapalhou.

> Já ouvi pessoas falando mal de gente conhecida

A partir daquele dia, comecei a refletir sobre quem são as pessoas do ônibus, o que fazem, como vivem... O que estão pensando.

Apesar de todas as desvantagens, do preço absurdo da passagem, dos atrasos e das faltas de educação, poucos lugares, como no ônibus, oferecem tantas histórias a serem ouvidas.

garotosdefases.blogspot.com

Revelação • Jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba

Expediente. Revelação: Jornal-laboratório do curso de Comunicação Social da Universidade de Uberaba (Uniube) ··· **Reitor:** Marcelo Palmério ··· **Pró-reitora de Ensino Superior:** Inara Barbosa ··· **Coordenador do curso de Comunicação Social:** Celi Camargo (DF 1942 JP) ··· **Professora orientadora:** Indiara Ferreira (MG 6308 JP) ··· **Projeto gráfico:** Diogo Lapaiva, Jr. Rodran, Bruno Nakamura (ex-alunos Jornalismo/Publicidade e Propaganda) ··· **Designer Gráfico:** Isabel Ventura ... **Estagiários:** Madu Monteiro e Matheus Queiroz (3º período) ··· **Revisão:** Cíntia Cerqueira Cunha (MG 04823 JP) ··· **Impressão:** Gráfica Jornal da Manhã ··· **Redação:** Universidade de Uberaba – Curso de Comunicação Social – Sala L 18 – Av. Nenê Sabino, 1801 – Uberaba/MG ··· **Telefone:** (34) 3319 8953 ··· **E-mail:** revela@uniube.br

issuu-downloader.com

Em busca da acessibilidade

Adefu e Uniube têm projetos específicos conforme a legislação em vigor

Ana Filomena
5º período de Jornalismo

A Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba (Adefu) é uma instituição que atende pacientes portadores de necessidades especiais oriundos principalmente da população de baixa renda. Em sua maioria, são pacientes com sequelas neurológicas (adulto e infantil) e que necessitam de um acompanhamento de uma equipe da área de saúde visando à reabilitação, levando à melhora da qualidade de vida para estes pacientes.

Garantir a acessibilidade, proporcionando acesso e desfrute universal aos espaços públicos e privados, é uma das diretrizes das políticas públicas de inclusão social, fundamentadas no decreto-lei 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

"Hoje em dia, não se pode fazer edifícios, prédios públicos tendo acesso ao público que não tenha a acessibilidade, isso é garantido por lei (NBR 9050)", relata a professora e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Uberaba (Uniube), Janaína de Melo Tosta.

Atualmente, a Adefu conta com um quadro de 800 associados cadastrados e uma demanda reprimida de aproximadamente 850 portadores de deficiência física na cidade. "Eles reformam e reformam e acaba ficando a mesma coisa. As rampas são decadentes e, em alguns pontos da cidade, nem existem. Para nós, cadeirantes, andar na cidade requer muitos cuidados, pois enfrentamos dificuldades em atrevessar uma rua e em também pegar ônibus", afirma a presidente da Adefu, Ercileide Laurinda da Silva.

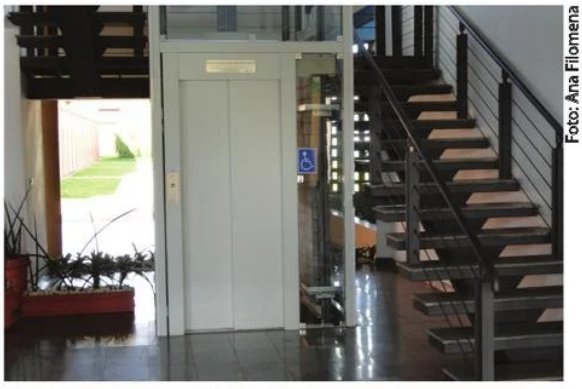


Foto: Ana Filomena

No campus, os 25 blocos são acessíveis para portadores de necessidades

Pensando na acessibilidade, a prefeitura da Uniube implementou rampas em todas as entradas dos campi Aeroporto e Centro.

No campus Aeroporto, todos os 25 blocos são acessíveis para portadores de necessidades especiais. Os blocos A, B e Z possuem elevadores, por serem blocos com andares. Os demais possuem rampas de acesso.

O prefeito da instituição, Juarez Delfino da Silveira, comenta que a acessibilidade não deve estar presente apenas por causa da existência da lei. "Nos preocupamos em proporcionar aos alunos acesso a todos os locais."

Universitários responsáveis

O curso de Arquitetura, há mais de dez anos, trabalha com o projeto de acessibilidade, inicialmente chamado de Linha Verde. O objetivo é promover a acessibilidade a todo o campus. De acordo com a diretora, Carmem Maluf, as reformas são feitas aos poucos. "Já tivemos projetos de plataformas para os blocos com mais de um andar, dos elevadores, das rampas próximas às escadas para facilitar o acesso. São muitos projetos, que serão instalados aos poucos, porque o campus é muito grande", salienta a diretora, destacando ainda as plataformas e pisos para deficientes visuais em locais como banheiros e cantinas.

Em outro projeto, os alunos da Arquitetura se desafiam e sentem na pele o que as pessoas com deficiência enfrentam todos os dias. Eles percorrem a cidade com os olhos vendados e com cadeiras de roda.

Ação solidária

Alunos de outro curso da Uniube também se colocam a serviço, em especial, da Adefu. Os universitários da Fisioterapia realizam estágio na associação durante o último ano da universidade. A ação solidária permite o aprendizado dos tratamentos fisioterapêuticos aplicados em saúde coletiva e a interação com as instituições que possuem pacientes com doenças neurológicas e/ou alterações no desenvolvimento neuropsicomotor.

Além do atendimento em fisioterapia, os pacientes da Adefu praticam esportes como Atletismo, Basquete em cadeira de rodas, Dança Esportiva, Bocha, Polybat, Natação, Tênis de Mesa, Halterofilismo e Vôlei Sentado.

> "Já tivemos projetos de plataformas para os blocos com mais de um andar, dos elevadores, das rampas, próximas às escadas

Com a prática do esporte, os pacientes melhoram a condição cardiovascular, aprimorando a força, a agilidade, a coordenação motora, o equilíbrio e o repertório motor.

No aspecto social, o esporte proporciona a oportunidade de sociabilização entre pessoas com e sem deficiência, além de torná-las mais independentes no seu dia a dia. Isso sem levar em conta a percepção que a sociedade passa a ter das pessoas com deficiência, acreditando nas suas inúmeras potencialidades.

issuu-downloader.com

Xenofobia é traço cultural enraizado no Brasil

A intolerância a migrantes é forte, mas Uberaba parece destoar desta marca

Beethoven de Oliveira
5º período de Jornalismo
Tiago Mendonça
3º período de Jornalismo

Devido a questões políticas, sociais e econômicas, o Brasil sempre recepcionou levas de imigrantes estrangeiros. Entre os anos 1871 e 1920, o país recebeu mais de 3 milhões de imigrantes vindos da Alemanha, Portugal, Itália, Polônia e Ucrânia. Ainda nos anos 30, houve maciça imigração de japoneses, além de coreanos, chineses, libaneses e turcos. A migração interna também sempre foi presente, principalmente pela falta de planejamento estratégico por parte do Estado, condições climáticas desfavoráveis, como as constantes secas no Nordeste e as oscilações de ciclos econômicos. Estes fatores marcaram ondas de migração em diferentes regiões do país.

Cícero Bernardo Gomes veio de Alagoas

Mesmo assim, o Brasil se caracteriza com um dos países com os maiores índices de preconceito contra migrantes. Em recente pesquisa realizada pelo instituto britânico de pesquisa Ipsos MORI, cerca de 41% dos entrevistados consideram que no Brasil existem muitos estrangeiros e se mostram insatisfeitos com essa presença. Cerca de 38% consideram que ficou mais difícil conseguir emprego devido à presença de estrangeiros.

A xenofobia acontece também entre os habitantes do país vindos de regiões diferentes. Nos Estados Unidos é nítida a discriminação contra negros e índios e, no Brasil, os povos do Norte e Nordeste sofrem uma série de ataques preconceituosos quando vão para as regiões Sudeste e Sul do país em busca de oportunidades.

No Brasil, de acordo com a Lei 7.716/89, sancionada pelo ex-presidente José Sarney, praticar ato que atente contra a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é caracterizado como crime. A pena pode variar de 1 a 5 anos, e pode aumentar se a vítima for menor de 18 anos. A xenofobia é considerada crime inafiançável e imprescritível.

O Brasil também é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos que prevê, em seus artigos, a igualdade entre os povos e a punição às nações que não seguirem tal entendimento. Mas nem sempre o protocolo é seguido.

"A lei preenche os requisitos para punir tais discriminações, porém, já se passaram mais de duas décadas e percebe-se que esporadicamente, em um caso ou outro, os ditames legais são cumpridos", revela a advogada Maria Conceição Nunes de Oliveira.

Os imigrantes aqui

Apesar de a xenofobia estar presente no Brasil, em Uberaba os migrantes do Nordeste brasileiro e de outros países são bem recebidos.

"Graças a Deus, nunca sofri nenhum preconceito. Desde que cheguei aqui com minha família, o povo de Uberaba sempre foi generoso e hospitaleiro", elogia o alagoano Cícero Bernardo Gomes que, como vários outros nordestinos, veio em busca de emprego.

> "Desde que cheguei aqui com minha família, o povo sempre foi generoso

Cícero, de 38 anos, logo ao chegar à cidade, conseguiu trabalho na construção civil e hoje está afastado por acidente em serviço.

Valdenito da Costa Freitas, baiano, de 38 anos, mesmo com segundo grau completo, não conseguia emprego em sua cidade, Ipirá, Bahia. Ele morou em repúblicas, passou dificuldades, mas hoje se encontra em uma situação diferente. Está empregado na Usina Uberaba e se sente muito bem tratado pelo povo uberabense.

issuu-downloader.com

Nsungu Filipe Kamukotelo, angolano de 28 anos, viveu 24 anos em Uberaba, cursou engenharia da computação na Universidade de Uberaba e agora retornou ao seu país para trabalhar em uma empresa de computação. Nsungu relata que o único fato negativo ocorreu quando foi aprovado em concurso público e não pôde assumir o cargo. Segundo ele, a lei brasileira deveria permitir o acesso de estrangeiros a cargos federais, e deveria haver uma valorização maior dos profissionais de outros países como ocorre em Angola.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, os estrangeiros podem participar de concursos públicos, porém, é necessária a criação de uma lei que regulamente este dispositivo.

Foto: Arquivo Pessoal

Nsungu Kamukotelo veio da Angola

Fotos: Beethoven de Oliveira

Valdenito da Costa Freitas veio de Ipirá, Bahia

Segundo o coordenador do Setor de Migração e do Albergue de Uberaba (ligado à SEDS, Secretaria de Desenvolvimento Social), Ronaldo Souza Silva, nos últimos anos houve um aumento no número de migrantes na cidade de Uberaba. A maioria busca melhor oportunidade de emprego. São originários das regiões Norte e Nordeste, mas a cidade também recebe pessoas do interior de São Paulo e do norte de Minas Gerais.

Quem não consegue trabalho fica na cidade e engrossa as estatísticas. Conforme Ronaldo, mais de 90% são usuários de álcool ou algum tipo de droga ilícita, predominantemente o crack.

A prefeitura, por meio do serviço de Ronda Social, acolhe essas pessoas, realiza uma triagem e presta assistência para que elas possam retornar às suas cidades de origem. Confrome Ronaldo, o Setor de Migração da SEDS fornece passagem de ônibus com destino no raio de no máximo 100 km, para que possam retornar às suas residências. Em alguns casos, auxilia na recolocação no mercado de trabalho.

Entre janeiro e outubro do ano passado, foram atendidas 3321 pessoas neste setor da SEDS, sendo 2263 encaminhadas para o Albergue Muncipal. A Ronda Social acolhe em média 500 pessoas por mês.

O que mais te angustia na atualidade?

A equipe do Revelação saiu no campus e encontrou respostas bem diferentes

Gabrielle Paiva
Madu Monteiro
3º período de Jornalismo

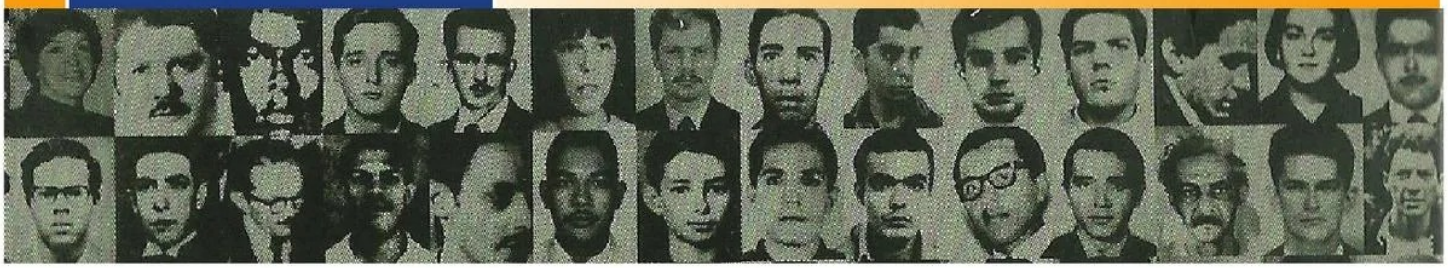
"O que mais me incomoda na sociedade é a má distribuição de renda porque a gente vive em um país onde muito dinheiro é restrito a poucos e boa parte da população vive em condições precárias, principalmente em estados mais pobres."
Bianca Neves
estudante de Farmácia

"Algo que me angustia é a intolerância a diferenças. Apesar de todo mundo ser igual, o ser humano passa por cima de tudo e trata com falta de respeito outras pessoas só para defender sua cultura, conseguir algum lucro ou um status na sociedade."
Juliana de Andrade Dias
estudante de Psicologia

"Os políticos que, em vez de ajudar, só roubam; e as pessoas ruins, que só querem se dar bem, sem pensar no outro."
Sayara Cristina Oliveira
estudante de Odontologia

"A miséria. É triste você ter o que comer, vestir e, muitas vezes, jogar fora, quando não quer mais, sabendo que outras pessoas não têm nem o necessário."
Narel Monteiro Duarte
estudante de Engenharia Química

issuu-downloader.com



Violação aos **direitos humanos** deixa marcas eternas

Camila Paiva
Matheus Queiroz
Madu Monteiro
3º período de Jornalismo

O trabalho de resgate da memória e da verdade solapadas nos anos de chumbo da ditadura brasileira pode não alcançar o efeito esperado. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) e os cerca de 40 comitês e comissões estaduais e municipais espalhados pelo país esbarram na blindagem da Lei da Anistia, que coloca sob sigilo informações protegidas por lacres que podem durar, em alguns casos, até 25 anos para serem rompidos.

> "Quando o Estado é punido, eu sou punido, você é punido e todos nós somos punidos

Embora a CNV não tenha atribuições jurisdicionais ou persecutórias, há um anseio de juristas e de parte da sociedade brasileira em torno dos efetivos resultados do relatório circunstanciado, a ser divulgado ao final do mandato da Comissão, em maio de 2014.

Ao preservar linhas de investigação e observar o sigilo de documentos, na forma da lei (agravada pelo Decreto 7.724), a CNV estaria impedida de acessar revelações mais profundas sobre violações dos direitos humanos cometidas no período de ditadura que ela pretende apurar: entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

O problema poderia ser sanado com a aprovação do Projeto de Lei intitulado "Responsabilidade civil no caso de violação aos direitos humanos praticada por agentes de Estado durante a ditadura militar (1964-1985)" e sugerido pelo professor de Direito Constitucional e Teoria do Estado da Universidade de Uberaba (Uniube), André Del Negri.

A proposta é que se torne necessário um projeto de lei específico para a reinterpretação dos casos abarcados pela ditadura brasileira, em especial pela Guerrilha do Araguaia (1972-1975), assunto que foi objeto de condenação pela Corte IDH (Corte Interamericana dos Direitos Humanos). Se a Lei de Anistia era uma lei especial poderia suplantá-lo.

Para André, o que lhe moveu a propor tal projeto (depois de consultados alguns professores do curso de Direito da Uniube) foi a preocupação em evitar que a República Federativa do Brasil fosse penalizada pecuniariamente. "Quando o Estado brasileiro é punido, eu sou punido, você é punido e todos nós somos punidos porque somos contribuintes", ressalta.

Poderia ser uma forma de resolver esses acontecidos, pelo menos dar uma resposta jurídica que os familiares esperam até hoje. "Talvez o que moveu essa mobilização foi a disciplina que leciono, uma disciplina que protege direitos fundamentais, que é o Direito Constitucional, um projeto de pesquisa que está em andamento - projeto de pesquisa em iniciação científica- PIBIC Uniube -, e o fato de acompanhar as decisões judiciais no cenário internacional. É simplesmente uma contribuição, uma sugestão de um cidadão brasileiro, nada mais que isso", enfatiza.

O eixo principal do projeto é chegar ao causador do dano e não gerar uma responsabilidade para o Estado brasileiro, mas punir o causador do dano com o seu patrimônio.

André Del Negri é professor do curso de Direito

issuu-downloader.com

Caso Vladimir Herzog

A mudança de certidão de óbito no caso do Vladimir Herzog só foi possível por uma ação judicial. Foi um exemplo que até agora surtiu simbolicamente uma resposta, mas e quem causou a morte dele? Se a Comissão Nacional da Verdade comprovar que foram x e y, os causadores do dano, como puni-los? As características dessas decisões seriam reparações pecuniárias para os familiares dos assassinados, das pessoas desaparecidas e torturadas, não tendo outra finalidade, uma vez que o projeto trabalha o lado extrapenal do problema.

O projeto foi apresentado por um deputado federal que teve interesse em levar a causa adiante. A assessoria jurídica dele também se interessou bastante pelo assunto, até mesmo pelo ineditismo do projeto, que percorre por um caminho diferente. A insistência de muitos juristas é pelo lado penal do problema, o que tem sido indagado como inconstitucional, uma vez que a Constituição proíbe a lei penal de retroagir para agravar a situação do acusado (art. 5º, inciso XL). É necessário ressaltar que o projeto sugerido ainda não está totalmente formalizado porque ainda está na dependência de uma homologação de um consultor legislativo.

> O Supremo entendeu que a Lei da Anistia não tem nenhum tipo de irregularidade

Todo projeto de lei apresentado no Congresso Nacional precisa ter um parecer breve de um consultor legislativo. "Esse parecer ainda está sendo analisado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Até o momento, o consultor entendeu que não haveria necessidade de um projeto de lei nos moldes que apresentamos, pois já temos leis vigentes que resolvem o problema - o que nós, do curso de Direito, discordamos fortemente. Mas entendemos que a operação dele é compreensível, é um raciocínio para não inflacionar o ordenamento jurídico, de criar mais leis, sendo que as que nós temos já resolveriam o problema", reflete Del Negri.

Ordenamentos jurídicos

Del Negri afirma que o papel da Corte Interamericana é interessante porque, no âmbito interno, tudo que foi possível discutir já foi discutido. "Já chegamos ao ponto máximo do âmbito interno. Inclusive, o Supremo Tribunal Federal já manifestou interpretação com relação à Lei de Anistia. O Supremo entendeu que ela não tem problemas, e nenhum tipo de irregularidade, pelo fato de ela ser totalmente constitucional e ponto final. Como o Brasil aceitou ser signatário do Pacto de San José, nós temos mais uma via jurídica que é ir à Corte."

Foto: memorial.org.br

Este ano, a família de Herzog recebeu um novo atestado de óbito tendo como causa da morte "lesões e maus-tratos". No atestado anterior, a versão para o óbito era de "enforcamento por asfixia mecânica"

Os cidadãos americanos têm direito de acesso a esse tribunal garantido por legislação. Inclusive, pelo texto da Constituição de 1988, o trabalho dela, além de um esclarecimento, é de correção normativa, uma correção jurídica dos acontecidos. Contra ela, se entende todo o tipo de lei que cria um "autoanistiamento", o que, na leitura da Corte, é impossível. Agora, o problema da Corte é que ela encontra uma barreira na soberania interna dos Estados. "Então, talvez, o maior problema do Direito Internacional fosse esse imenso muro. Cada país tem a sua soberania discutida a partir do momento em que o Brasil aceitou o tratado, em 1992", acrescenta Del Negri.

Para o professor, abriu-se mão dessa soberania e se vinculou às diretrizes do tratado internacional só que, ao mesmo tempo, "existem correntes literárias que entendem que os crimes contra os Direitos Humanos são imprescritíveis e outras que entendem que a produção de uma nova lei para revogar a Lei de Anistia tem um impedimento que é o da própria Constituição de 1988, quando afirma que não podemos criar leis penais mais gravosas (art. 5º, XL), além de que não pode haver juízo ou tribunais de exceção (art. 5º, inciso XXXVII)".

Para finalizar, o professor explica o impasse jurídico criado: "Nossa crítica técnico-científica, entretanto, se encerra aí, divergindo dos conceitos vagos captados de doutrinas estrangeiras, argumentos baseados em ideologias criminais incompatíveis com a Constituição brasileira de 1988. Por isso que, a nosso ver, a questão se resolve pelo lado extrapenal (responsabilização civil dos causadores do dano). A impressão é que se tem três ordenamentos jurídicos: uma Lei de Anistia, uma Constituição Federal no meio e um Tratado Internacional que percorre um caminho oposto aos outros dois, tornando o assunto um imbróglio jurídico.

Entenda o caso Herzog

25 de outubro de 1975, rua Tutóia, cidade de São Paulo. Nas dependências do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), um homem é torturado com pancadas e choques elétricos. Seus companheiros, na sala ao lado, ouvem seus gritos.

O homem recusa-se a assinar um suposto depoimento por não admitir que as informações constantes naquele pedaço de papel sejam verdadeiras. Ele não escrevera nenhuma palavra daquilo. Em um ato de indignação, rasga o papel. E num ato de maior indignação ainda, mesclado à ira, seu torturador o esbofeteia. Os amigos, na outra sala, não ouvem mais seus gritos.

Algumas horas mais tarde, dentro de uma cela no mesmo departamento, uma foto do homem morto, amarrado por uma tira de pano em um pequeno pedaço de ferro no alto da cela. O Inquérito Policial Militar (IPM) dá como causa da morte suicídio por enforcamento. Esta era a versão oficial sustentada pelos militares e ignorada pela família. Vladimir Herzog havia sido assassinado e seus torturadores haviam montado uma farsa grotesca para encobrir a barbaridade que haviam feito.

Fonte: latinoamericano.jor.br

issuu-downloader.com

Adoção realiza sonho de casais que não podem ter filhos

O processo pode levar meses, mas, para muitos casais, é a única saída para constituir família

David Tchai
Rodrigo Tubaraum
3º período de Jornalismo

No cenário nacional, acompanhamos há algum tempo a atualização do processo que facilita a adoção de crianças no Brasil. O objetivo foi aumentar a procura de crianças e adolescentes por casais que não podem ter filhos. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Nacional de Adoção, essa procura tem aumentado ainda mais.

Em Uberaba, existem pelo menos 50 casais cadastrados que esperam a execução e finalização do processo de adoção. Os dados são do Juizado de Menores da cidade e, ainda segundo o órgão, não existem números precisos de quantas crianças esperam por uma família.

O tempo de tramitação varia de acordo com a especificidade de cada processo, que segue sendo avaliado por psicólogos e assistentes sociais do juizado.

A adoção é um fenômeno complexo que passa por várias motivações internas e externas dos casais ante a impossibilidade de ter filhos biologicamente.

Muitos casais sonham em ter uma família tradicional com filhos, netos, mas nem todos conseguem por situações adversas, como problemas hormonais e outros que afetam a gestação de uma criança.

Não aceitando sua realidade, muitos partem para o caminho da adoção. Os casais percorrem orfanatos, abrigos ou até mesmo instituições que cuidam de crianças abandonadas pelos pais biológicos.

A psicóloga especialista em adoção, Regina Basílio, afirma que há a possibilidade de rejeição da criança. "Quanto mais nova a criança, menor o risco de existir a rejeição, pois o bebê ainda não consegue discernir sobre sua vida. Quando adotam pré-adolescente, a proporção de ter conflitos é maior", explicou Regina.

Segundo a psicóloga, isso pode acontecer porque o pré-adolescente já consegue questionar e observar com mais detalhes a possibilidade de escolher e dizer sim ou não.

Procedimentos

Desde 1988, a adoção equipara os filhos adotivos aos filhos biológicos, não havendo qualquer distinção entre eles. O vínculo jurídico da adoção é irrevogável, ou seja, não pode ser mais desfeito, uma vez que a adoção chegue ao final.

O início do processo deve ser a habilitação no Cadastro de Adoção. Toda Comarca tem seu Cadastro de pretendentes à Adoção e o procedimento só deve ser iniciado se o casal tiver certeza do desejo.

Os interessados devem procurar a Vara da Infância e Juventude e se informar sobre a documentação necessária. Após obter a documentação, devem ainda fazer um pedido diretamente ao juiz, que vai determinar a realização de um estudo psicossocial, feito por psicólogas e assistentes sociais do Juizado. Esse estudo serve para avaliar a estrutura da família, as motivações e se o casal tem condições de receber uma criança.

A questão da renda familiar também é analisada, mas não é um fator determinante. "O mais importante é que aquela família tenha reais condições, estrutura emocional, afeto, dedicação e amor para receber uma criança em casa e dar a ela a verdadeira noção de família. Nesse sentido, dinheiro

issuu-downloader.com

Foto:Jornal de Uberaba

Coordenador das Promotorias da Infância e Juventude, André Tuma

ou renda é o menos importante", destaca o promotor de Justiça e coordenador da Regional das Promotorias de Justiça da Infância, Juventude e Educação do Triângulo Mineiro, André Tuma Delbim Ferreira.

Uma vez feita essa análise, o processo vai para o promotor de Justiça, que dá seu parecer. Depois, o juiz julga se o casal está habilitado para a adoção. A partir daí, a pessoa entra para o Cadastro da Comarca, sendo também inserida no Cadastro Nacional de Adoção.

O perfil das crianças

Um dos grandes problemas está ligado à questão do perfil das crianças para a adoção. Normalmente, os adotantes têm preferência por crianças recém-nascidas, brancas, do sexo feminino, sem qualquer doença e sem irmãos. Todavia, André Tuma adverte que não é essa a realidade encontrada naquelas crianças que estão nos abrigos e que não têm mais condições de retornar para as suas famílias biológicas.

Quando se deseja um perfil muito específico, que não é facilmente encontrado, essa espera pode se prolongar por bastante tempo. "É uma questão cultural o desejo desse perfil", enfatiza Tuma.

"Na Europa, por exemplo, há uma cultura de acolhimento muito maior, até por conta das duas grandes guerras. Os europeus aceitam crianças mais velhas para adoção e, por isso, vemos esses casos de adoção internacional. Uma criança só é encaminhada para a adoção internacional quando não houve interessados no Brasil e olha que no Cadastro Nacional são aproximadamente 25 mil cadastrados", complementa ele.

Toda a vez que o juiz da Infância define que uma criança deve ser encaminhada para a adoção, uma equipe liga para os cadastrados da Comarca até encontrar alguém que tenha interesse em conhecer aquela criança. As ligações são feitas por ordem de cadastro, do mais antigo para o mais recente. Se houver interesse, o cadastrado, acompanhado pela equipe, é levado até a instituição para conhecer a criança e para ser conhecido por ela.

Caso haja interesse mútuo, o juiz autoriza que comecem as visitas à criança na instituição e, após o período de conhecimento e envolvimento, o casal, ou pessoa interessada, toma guarda daquela criança, e só então entra com a adoção que é acompanhado pela equipe de psicólogas e assistentes sociais da Vara da Infância.

Se não houver nenhum interessado, a criança passa pela triagem do perfil do Cadastro Nacional de Adoção para saber se no país existe algum pretendente. Se não houver, é encaminhada para a adoção internacional.

O processo de adoção deve ser feito por um advogado e se permite, ao final, a troca do nome da criança e a inserção do nome dos pais no registro dela. Uma vez que o processo de adoção termina, todos os vínculos jurídicos com a família biológica são rompidos, permanecendo apenas os impedimentos matrimoniais. Mas, para todos os fins, todos os vínculos da criança passam a ser com a família nova que tem todos os direitos de um filho biológico, como herança, educação, saúde e cuidados por conta dos pais, que também possuem responsabilidades legais.

André Tuma destaca que "não é porque a criança é adotiva que ela vai dar mais ou menos preocupação aos pais, vai melhor ou pior na escola, vai ficar mais ou menos doente". Segundo ele, as pessoas têm, infelizmente, um certo preconceito de que qualquer problema que aquela criança venha a dar, é porque ela é adotiva.

Foto:Rodrigo Tubaraum

Psicóloga Regina Basílio alerta para o fato de que os casais que adotam têm diferentes motivações

Sonho realizado

O casal uberabense Haroldo Rodrigues da Silva, de 47 anos, e Zenaide Helena Diamantino Rodrigues, de 46, tiveram, muito jovens, as suas filhas Jordana, de 24, e Joyce, de 21 anos. Com medo de engravidar novamente, Naná, como é conhecida, resolveu fazer a laqueadura. Mas, com o passar dos tempos e o crescimento das filhas, a vontade de se ter outras crianças fazendo parte da família era evidente. Zenaide sempre cuidava dos filhos de outros pais em sua casa. Com o tempo, essas crianças cresceram, suas filhas também e partiu delas o pedido aos pais para que tivessem mais filhos. Foi quando a ideia de adotar uma criança surgiu.

"A princípio, queríamos mesmo era apenas uma criança e fomos procurar nos informar dos trâmites legais para a adoção", disse Zenaide. "Enquanto isso, fomos apresentados a duas meninas e um menino que eram irmãos e haviam sido abandonados juntos. O interesse em comum foi surgindo e o que era para ser apenas uma adoção se transformou em três", completou ela. Com o acompanhamento de psicólogas, depois de quatro anos, definitivamente no dia 6 de dezembro de 2011, Geovanna, de 8 anos, Júlia, de 7, e João Pedro, de 5, foram adotados e passaram a viver com o casal Haroldo e Zenaide na companhia também das filhas.

issuu-downloader.com

Crimes na internet: o que fazer?

Redes sociais são aliadas na divulgação de crimes contra os Direitos Humanos

Flavia Jacob
Mariana Dias
3º período de Jornalismo

Foto: importfrance.blogspot.com.br

Internet é uma ferramenta poderosa na divulgação de práticas que violam os Direitos Humanos

> A partir do momento que fazem a captação da sua imagem e associam a algum símbolo ou qualquer outra coisa ofensiva, não só afeta a moral, como a dignidade da pessoa

No Brasil, dos 83,4 milhões de usuários de Internet, 90,8% acessam as redes sociais. Entre essas, a que mais ganhou novos usuários nos últimos meses foi o Facebook, com mais de 54 milhões de brasileiros.

Esses dados do site Crimes pela Internet (crimespelainternet.com. br) mostram que a Internet está se popularizando e, com isso, as chances de crimes virtuais acontecerem aumentam.

Um exemplo disso foi o caso da atriz Carolina Dieckmann que, em maio do ano passado, teve suas fotos íntimas divulgadas na internet por hackers. No dia 3 de dezembro de 2012, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei com o nome da atriz onde ações como invasão de computadores, roubo de senhas, de conteúdos de e-mails, além da derrubada proposital de sites passaram a ser crimes.

Para o advogado criminalista Leuces Teixeira, esta nova lei não irá acabar com o crime virtual. "Lei nenhuma no mundo extingue o crime", completa.

Leuces afirma que a Internet é uma ferramenta poderosa na divulgação de práticas de atentados que ferem os Direitos Humanos. As pessoas se perdem nesse mundo gigantesco e não sabem o que pode ou não se fazer.

"A partir do momento que fazem a captação da sua imagem e associam a algum símbolo ou qualquer outra coisa ofensiva, não só afeta a moral, como também a dignidade da pessoa", lembra Leuces.

E, sabendo que o Brasil é um país democrático, o uso da internet é livre até que ponto? O advogado diz que tanto o país quanto a internet devem ser "livres". "Porém, temos que criar mecanismos para ver até onde vai esta liberdade, para que ela não vire libertinagem", enfatiza.

No início do mês de dezembro, a Google abriu a campanha Free and Open para os usuários assinarem uma petição, pois, segundo a empresa, alguns governos querem fazer uma reunião a portas fechadas para permitir a censura e regulamentar a Web.

A página do site americano Search Engine Journal (searchenginejournal.com) diz que a principal preocupação do Google é que algumas das propostas que estão sendo feitas permitiriam aos governos censurar a liberdade de expressão na internet e possivelmente até mesmo cortar o acesso à Internet à vontade.

Há 20 anos atuando como advogado criminalista, Leuces já defendeu pessoas em casos de calúnia, insultos, difamação, incitação ao crime e pedofilia. "Aqui na cidade de Uberaba, há um caso no Juizado da Infância e Juventude. O namorado teve relação sexual com a namorada, filmou e 'jogou' na internet."

Ele ainda adverte as pessoas para serem cautelosas ao usarem computadores compartilhados, pois tudo o que é feito na rede deixa rastros digitais. E devem tomar cuidado, principalmente, com o que publicam na internet. "Muitas vezes, os usuários são vítimas de suas próprias divulgações, fornecendo 'armas' para que os criminosos as utilizem."

Jonatas Lucena e Denise Milani, advogados especializados em crimes virtuais,

issuu-downloader.com

informam em seu site (drjonatas.com.br) que a internet ainda é tida por muitos como um território livre, sem lei e sem punição. Porém, diariamente, o Judiciário vem coibindo a sensação de impunidade que reina no ambiente virtual e combatendo a criminalidade cibernética com a aplicação do Código Penal, do Código Civil e de legislações específicas como a Lei n. 9.296 – que trata das interceptações de comunicação em sistemas de telefonia, informática e telemática – e a Lei n. 9.609 – que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador.

Na ausência de uma legislação específica para crimes virtuais, os tribunais brasileiros estão enfrentando e punindo internautas, crakers e hackers que utilizam a rede mundial de computadores como instrumento para a prática de crimes.

Advogado criminalista, Leuces Teixeira

Foto: Mariana Dias

Grande parte dos magistrados, advogados e consultores jurídicos considera que cerca de 95% dos delitos cometidos eletronicamente já estão tipificados no Código Penal brasileiro por caracterizar crimes comuns praticados por meio da internet. Os outros 5% para os quais faltaria enquadramento jurídico abrangem transgressões que só existem no mundo virtual, como a distribuição de vírus eletrônico, cavalos-de-troia e worm (verme, em português).

Para denunciar, o site da Polícia Federal é um dos meios: denuncia.pf.gov.br.

Ranking

Entre os crimes virtuais mais praticados nas redes sociais estão:

• **Insultos.** Falar mal ou insultar alguém pode gerar processo com base no Artigo 140 do Código Penal que pune "a injúria que ofende a dignidade ou decoro";

• **Calúnia.** Inventar histórias falsas sobre alguém pode ser enquadrado no Artigo 138 do Código Penal;

• **Difamação.** Associar uma pessoa a um fato que ofende sua reputação. Artigo 139 do Código Penal;

• **Divulgação de segredo.** Revelar segredos de terceiros na internet ou de documentos/correspondência confidenciais que possam causar dano pode levar a processo com base no Artigo 153 do Código Penal;

• **Escárnio por motivo de religião.** Criar comunidade on-line que fale sobre pessoas e religiões. Artigo 208 do Código Penal;

• **Favorecimento de prostituição.** Artigo 228 do Código Penal;

• **Ato obsceno.** Artigo 233 do Código Penal;

• **Escrito ou objeto obsceno.** Artigo 234 do Código Penal;

• **Incitação a crime.** Artigo 286 do Código Penal;

• **Apologia de crime.** Criar comunidades virtuais (fóruns, blogs, etc.) para ensinar como fazer "trambiques" ou "divulgar ações ilícitas realizadas no passado, que estão sendo realizadas no presente ou serão realizadas no futuro". Artigo 287 do Código Penal;

• **Falsa identidade.** Criar um perfil falso pode levar a processo judicial com base no Artigo 307 do Código Penal;

• Comentar em chats, e-mails, blogs e outros, de forma negativa sobre raças, religiões, etnias, etc. Preconceito ou discriminação. Artigo 20 da Lei 7.716/89;

• **Pedofilia.** Troca de informações ou imagens envolvendo crianças ou adolescentes. Artigo 241-A/241-B/241-C/241-De241-E da Lei no 8.069/90 ECA.

Educação vetada e educação desatenta

Natália Escobar
5º período de Jornalismo

> Estudar é um privilégio e um dever. O primeiro passo para revolucionar

Nem sempre temos os olhos abertos o suficiente como cidadãos. O Brasil tem a visão limitada de si. É um país jovem e jovens são aqueles que se movimentam, por vezes timidamente, em busca de mudar algo que desagrade em sua pátria. São revolucionários de sofá, com muito a dizer. Alguns, até muito o que fazer.

Mas é possível que esses vetores de mudança não percebam como aproveitar sua condição. O Paquistão voltou às manchetes por mais sangue derramado. A menina Malala queria estudar. O Talibã impediu. E, assim como ela, o país abriga mais de cinco milhões de crianças fora da escola. Seres humanos em desenvolvimento tolhidos do direito de saber.

Não podemos imaginar o que é crescer sem educação. Apesar da desestrutura do sistema de ensino brasileiro, as portas estão sempre abertas. Nunca teremos a real noção. Essa não foi a maneira que crescemos. A juventude revolucionária brasileira poderia abrir os olhos e ver que suas possibilidades são muito maiores do que as de Malala.

É necessário enxergar que é possível ir ainda mais longe. Em vez de reclamar das dívidas que o Brasil tem com seus cidadãos, aproveitar nossa democracia capenga e o direito à liberdade de expressão e fazer mais do que falar. Estudar é um privilégio e um dever. O primeiro passo para revolucionar qualquer lugar no mundo. Até o Paquistão.

issuu-downloader.com

Abrigos alimentam esperanças de idosos em Uberaba e Ituverava

Fotos:Gabrielle Paiva, Luiza Carvalho, Amanda Pita

As ações sociais realizadas pelas instituições de ensino e o apoio dos colaboradores da equipe multidisciplinar oferecem doses de alegria aos internos no cotidiano

Luiza Carvalho
Gabrielle Paiva
3º período de Jornalismo

Pesquisas recentes do IBGE mostraram que, atualmente, vivem no país cerca de 23 milhões e meio de idosos, número que corresponde a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Em vigência desde 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso foi criado para assegurar todos os direitos para esse grupo da população, buscando garantir cidadania, respeito e assistência necessária para uma vida digna.

> A família não tem condição de arcar com os cuidados, então, eles mesmos decidem vir morar no abrigo

De acordo com o artigo 3º do Estatuto, a família é a principal responsável por propiciar aos idosos participação na sociedade, segurança, saúde e qualidade de vida. Esta deve lhe prestar o atendimento necessário para ter uma vida adequada, exceto que não possuam condições de manutenção da própria sobrevivência. Mas, no país, os idosos são, cada vez mais, entregues a asilos e abrigos por motivos diversos.

De acordo com a fisioterapeuta do Asilo Santo Antônio, de Uberaba, Cynthia Graziella Nunes, os principais motivos que levam uma família a colocar um idoso no asilo são a falta de disponibilidade de tempo e quando o idoso começa a apresentar diversos problemas de saúde, o que leva à necessidade de cuidados específicos. Além disso, há alguns casos em que o próprio idoso toma a decisão de morar no asilo. "Aqui temos uma equipe formada por médico, enfermeiros, fisioterapeuta, assistente social e outros profissionais. Temos momentos de recreação e atividades diferentes, tudo para proporcionar o bem-estar para os idosos", explica Cynthia.

Além da estrutura de profissionais, oferecida pelo asilo, a estrutura familiar é fundamental para que o idoso se sinta bem. Entre aqueles que recebem visitas dos parentes, e os que não recebem, as diferenças são notáveis. "Aqueles que são visitados estão sempre mais dispostos e mais alegres. Os que não recebem visita têm mais tendência a ficar depressivos e às vezes se tornam até agressivos", ressalta Cynthia.

Realidade regional

Em Ituverava, cidade vizinha do interior de São Paulo, o Abrigo de Idosos Comendador Takayuki Maeda existe há 38 anos. Em 2007, a instituição mudou sua sede para disponibilizar maior conforto e segurança aos idosos residentes no abrigo. A instituição conta com consultórios médicos e odontológicos, salas de fisioterapia e terapia ocupacional, farmácia, refeitório, despensa, capela e dois jardins de inverno.

Há cerca de dois anos trabalhando no Abrigo, a enfermeira Nariane Cristine Pereira conta que os principais motivos que levam as famílias a entregar seus parentes ao abrigo é a falta de conhecimento sobre os cuidados que os idosos necessitam diariamente e a falta de tempo por conta do trabalho. "Algumas vezes, os idosos percebem que a família não tem condição de arcar com os cuidados, então, eles mesmos decidem vir morar no abrigo", enfatiza Nariane.

Personagens da vida real

O sogro da dona de casa Darcy Fernandes de Oliveira mora em no asilo há dois anos. De acordo com ela, o idoso morava sozinho e não se adaptava à casa dos filhos. Então eles, em consenso,

issuu-downloader.com

decidiram que a melhor opção seria mantê-lo em um abrigo. "Primeiramente, nós fomos conhecer a instituição e, junto com meu sogro, percebemos que lá ele teria todo o suporte necessário", conta Darcy.

Segundo ela, toda a família procura sempre visitar o idoso. Em algumas datas especiais e em feriados, eles buscam o idoso para que ele possa passear, distrair e encontrar pessoas diferentes. "Nossas visitas são importantes para que ele saiba que não o abandonamos, como em outros casos que acontecem lá", declara a dona de casa.

Dona Alzira, de 86 anos, vive no abrigo há três anos. "Aqui é um bom lugar pra morar, sou bem cuidada e convivo com pessoas da mesma idade e na mesma situação que eu", conta a moradora.

Segundo ela, seus familiares a visitam sempre, mas alguns outros moradores só recebem visitas de voluntários.

Foto: Luiza Carvalho

A fisioterapeuta, Cynthia Nunes, reforça a importância da equipe

Ação voluntária

A professora do Ensino Médio da escola Francisco de Assis, em Ituverava, Francine Galvão, ministrou uma atividade em que os alunos deveriam elaborar uma ação voluntária na cidade. Um dos grupos realizou uma visita ao abrigo e arrecadou alimentos para fazer um café da tarde para os idosos do local.

Amanda Pita, estudante de 16 anos, foi uma das alunas que visitaram a instituição da cidade. "Foi muito emocionante ver como eles se sentem bem com as nossas visitas e que não é tão difícil lidar com eles. Eles interagem com todo mundo, mas foi muito triste ver, em alguns momentos, que alguns idosos se sentiam abandonados, pois não recebiam visitas há meses", conta Amanda.

"A experiência foi maravilhosa. Os alunos se envolveram bastante e voltaram ao abrigo em outra ocasião sem que houvesse imposição de trabalho, simplesmente pelo prazer de se sentirem úteis", complementa a professora.

Apesar de terem a assistência da família garantida pelo Estatuto do Idoso, as visitas voluntárias, como a dos alunos da escola Francisco de Assis, cumprem, portanto, um papel essencial para a qualidade de vida daqueles que vivem em asilos e não recebem atenção de familiares.

Você exerce seu papel?

Ubirajara Galvão
7º período de Jornalismo

Na correria da vida moderna, é muito difícil dedicar atenção a uma pessoa. Ainda mais se essa pessoa é apenas um conhecido. Não é diferente com quem você convive diariamente. Há dias em que você interage mecanicamente com sua mãe, pai, irmãos. Chato!

Ao acordar, você cumprimenta com o bom dia sem olhar nos olhos, sem ouvir a resposta. Durante o dia, você dá o abraço automático no colega de trabalho pelo aniversário, agradece rapidamente o atendente de uma loja, acena distante ou sorri amarelo quando cruza com um conhecido no trânsito.

Agindo assim, você se considera uma pessoa gentil. Será?

Você, às vezes, evita cumprimentar um conhecido, abaixa a cabeça, finge que não vê ou muda de calçada porque está com pressa ou então porque não tem paciência para colocar o papo em dia. Você, por acaso, já abriu a porta ou o elevador para alguém? Já deu informações esclarecendo o idoso confuso numa repartição pública? Já parou o carro permitindo que a mãe com o filho pequeno atravesse a rua? Você aceita o panfleto, agradece ao entregador e, após ler, joga-o na lata de lixo? Já ajudou sua sogra com... pensando melhor, esqueça a sogra!

Certa vez, voltava do trabalho quando passei perto de um ponto de ônibus. No mesmo instante, um motoqueiro sofreu uma queda leve, causando apenas alguns arranhões na moto. Das dezenas de pessoas ali paradas, apenas duas se prontificaram em ajudar o rapaz.

Mas, pensando bem, é difícil ser gentil quando você leva uma fechada no trânsito e ainda é chamado de roda dura. É difícil conseguir manter o sorriso diante do chefe mal-humorado, manter a calma após meia hora no telefone com uma atendente que não resolve seu problema e fica te enrolando ou quando você está segurando a senha de número 999 na espera do caixa do banco ou ainda quando um motorista invisível amassa a lataria do carro no estacionamento.

Por outro lado, um estudo realizado na Universidade da Califórnia, pela psicóloga Sonja Lyubomirsky, com alguns participantes que deveriam praticar ações gentis durante dez semanas, apontou um aumento na sensação de felicidade entre

> Você aceita o panfleto, agradece ao entregador e, após ler, joga-o no lixo?

os que praticaram ações solidárias variadas, como segurar a porta aberta, lavar a louça ou abrir a porta para um estranho passar. Esses registraram níveis mais altos e prolongados níveis de felicidade, mesmo um mês depois do fim do estudo, em comparação com quem repetiu sempre a mesma atitude com diferentes pessoas.

Quem disse que ser gentil não ajuda na carreira? Um dos fatores determinantes na escolha de um profissional, por parte de empresas de grande porte, é a boa relação com pessoas, a gentileza e a educação com clientes e funcionários.

Você culpa a correria, o estresse, o trânsito caótico e outros problemas pela pouca generosidade e gentileza no trato com as pessoas, sendo que você mesmo não faz seu papel?

Ouso dizer que a generosidade, por mais difícil que seja praticá-la, abre portas nas relações pessoais e até mesmo profissionais. Dizem que educação começa em casa. A gentileza começa na rua. No caso da sogra, fazemos exceção.

issuu-downloader.com

Elas vestem um "G" a mais, e com muito estilo

O mercado plus size aposta na minissaia, nos ombros de fora, nas estampa e decola

Katiuscia Antunes
Marcelo Lemos
Mariana Alves
Marcela Matarim
7º período de Jornalismo

Calça jeans e camiseta comprida. Antes, era comum ver gordinhas usando sempre esse mesmo modelo de roupa. Minissaia, vestido curto, short, estampa e ombros de fora eram uma realidade distante para a maioria das mulheres que vestiam um "G" a mais. Isso acontecia porque as lojas quase nunca ofereciam peças com numeração acima de 44. Mas, aos poucos, as grifes plus size foram surgindo e conquistando um espaço no mundo da moda.

Atualmente, eventos como o Miss Brasil Plus Size e Fashion Week Plus Size são prova de que a indústria da moda está investindo nesse público.

Os lojistas perceberam que a cliente gordinha não se contenta mais com as roupas básicas de antigamente. Elas estão com tudo e mostram que também se interessam e muito pelos modelos fashion. A moda agora é ser "GG", com muito estilo.

Sempre bem vestida

A vendedora Maria Luisa Sousa, de 42 anos, se diz gordinha desde criança, mas estar acima do peso nunca foi problema para ela. Com manequim GG, a vendedora é muito vaidosa, gosta de se cuidar e de estar sempre 'antenada' na moda.

"As novas opções de roupa são muito interessantes, com vários modelos que estão na tendência e em tamanho maior. Um dia desses, eu fui à loja e fiquei super atraída pelas diversas opções existentes no espaço. Aproveitei e fiz umas compras", conta.

Como toda mulher, Maria Luisa também possui modelos de roupas preferidos. Para estar sempre bonita, a vendedora aposta, às vezes, em peças que a deixam aparentemente mais magra. "Adoro jeans, blusa estampada, um pouco larga, e amo salto alto. Se estou inchada, coloco roupa preta e consigo disfarçar bem (risos). Também não deixo de melhorar a aparência com batom, anéis e brincos", conta.

Para ela, tratamento de emagrecimento nem pensar. "As novas opções para emagrecer, como a redução de estômago, não me atraem de maneira alguma. Prefiro ficar assim, gordinha mesmo", comenta Maria Luisa.

A vendedora confessa, ainda, que prefere as lojas especializadas em roupas com tamanho maior. "Sempre comprei neste tipo de loja. Prefiro, pois, além de ter modelos joviais, os tecidos são maravilhosos", ressalta.

Opinião de especialista

De acordo com a consultora de moda, Ângela Pena, todas as tendências são abertas para o mundo globalizado, mas, para isso, é preciso ter bom senso.

"Cabe a cada pessoa conhecer o tipo físico e o que adapta melhor ao corpo. Por exemplo, está na moda usar a blusa mais curta e a saia de cós alto, com parte da barriga aparecendo. É um charme, mas não é em qualquer idade e tipo físico que dá para usar. Às vezes, é uma menina de 16 anos, mas ela não tem corpo para colocar a barriga de fora. É preciso de bom senso", enfatiza.

issuu-downloader.com

Ângela destaca que algumas peças não são recomendáveis para mulheres acima do peso, como roupas mostrando o 'pneu' ou curtas demais. "Não é bonito usar decote mostrando os gordinhos debaixo do braço, que aperta do lado. As pernas às vezes têm culote ou gordura demais e não se precisa expor. Vamos esconder o que está passando da conta até porque existe muita gordinha mais charmosa do que magrelinha", ressalta.

A consultora também conta quais peças ajudam a disfarçar as imperfeições. "Linha vertical emagrece, preto emagrece, decote 'V' fica charmoso, sensual e também emagrece. Roupa mais reta, sem acinturar, roupa cortada em frente ao busto, mas sem franzido, recorte mais alto embaixo do busto e nas costas abaixando. Essas são algumas apostas para emagrecer", completa.

Angela Pena aposta no bom senso

EXG

Embora não existam dados concretos do setor, para os especialistas de moda os jovens são os que mais impulsionam o mercado plus size.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de jovens de 10 a 19 anos com excesso de peso passou de 3,7%, em 1970 para 21,7% em 2009. Segundo dados do Ministério da Saúde, quase metade da população brasileira está acima do peso. O número passou de 42,7%, em 2006, para 48,5%, em 2011, enquanto o percentual de obesos subiu de 11,4% para 15,8% no mesmo período.

O levantamento realizado anualmente aponta ainda que, entre as pessoas com sobrepeso, os homens são a maioria, com 52,6% e 44,7% das mulheres estão na mesma condição.

Investimento de sucesso

Há 37 anos, o empresário libanês, William Esper Sallum, apostou nesse público. Ele inaugurou, em Uberaba, na década de 70, a primeira loja de roupa do Triângulo Mineiro especializada em tamanho grande. Naquela época, a loja recebia clientes até mesmo de outros estados. "Os gordinhos ficavam traumatizados em passar pelas ruas de comércio da cidade e não encontrar o que precisavam. Como eu já tinha trabalhado de alfaiate no Líbano, comecei a fazer moldagens de roupas de tamanho maior e levar até São Paulo para serem fabricadas. Eu tirei esse trauma dos gordinhos e eles começaram a me agradecer por eu vender medidas grandes", lembra o empresário, de 85 anos.

> "Hoje, muitos eventos mostram que a mulher, para estar bonita e na moda, não precisa necessariamente ser sarada ou magrinha

Hoje, além de roupas tradicionais e da moda, a loja oferece também peças de cama e banho para pessoas de qualquer idade, que pesam até 220 quilos.

Nos últimos 10 anos, novas lojas especializados em roupas tamanho "GG" foram inauguradas na cidade, mas, para Sallum, isso não representa prejuízo. "Diminuíram um pouco, sim, as vendas. Deus divide a cada um o seu pãozinho para comer, mas ninguém tira o pão da boca do outro", reflete Sallum.

Concorrência acirrada

Percebendo o sucesso desse setor, e com visão empreendedora, o empresário Gilmar Rizzeto, ex-funcionário do libanês William, decidiu, há 11 anos, abrir o próprio negócio com um sócio.

Fotos: Katiuscia Antunes

Com experiência no Líbano, William Sallum investiu em Uberaba

Segundo Rizzeto, há alguns anos era muito difícil encontrar fábricas com a linha direcionada para o tamanho plus size. "Essa é uma demanda que vem crescendo e por isso hoje é muito mais fácil encontrar. O crescimento da loja também tem sido gradativo. As pessoas foram quebrando um certo preconceito porque até pouco tempo não tínhamos nem modelos plus size", diz.

O empresário conta ainda que é um mito as pessoas falarem que as roupas para esse segmento são mais caras. "Uma roupa infantil, que é muito menor, às vezes é muito mais cara do que uma roupa de adulto. Quando a fábrica tem que parar uma linha de produção dos tamanhos P, M e G, obviamente cobra mais para fazer só o tamanho G ou GG, mas, geralmente, o preço é normal. Uma blusa de modinha, que custa R$ 59 na minha loja, em qualquer lugar também é esse preço."

Rizzeto explica que a roupa que está na novela ou que está "bombando" nas passarelas faz sucesso. "A gente também tenta trazer para dentro da loja, para o dia a dia do nosso cliente, porque ele é muito 'antenado'. São pessoas que leem, veem revistas e blogs. Se o mulet está em alta, então, a mulher plus size também quer e a gente tem que dar um jeito de conseguir para ela. Existem fábricas que já trazem isso para nós e atendem bem esse segmento", comenta.

Ele também disse que eventos como o Fashion Week Plus Size e Miss Brasil Plus Size contribuem, pois mostram para as gordinhas que é possível se sentir bem, mesmo não estando no peso ideal, mas sim bem vestida. "Atualmente, uma das modelos mais bem pagas do Brasil é a miss Brasil Plus Size.

Hoje, muitos eventos mostram que a mulher, para estar bonita e na moda, não precisa necessariamente ser sarada ou magrinha", conclui Gilmar.

issuu-downloader.com

De olho no poder público municipal

Thales Messias Pires Cardoso é procurador da República há cinco anos. Em Uberaba desde agosto de 2012, trabalha conjuntamente a outro procurador e exerce as funções institucionais do Ministério Público Federal (MPF), cuja ação se estende em Uberaba e 28 municípios da região do Triângulo Mineiro. Ele veio de Manaus, Amazonas, onde deixou a procuradoria na qual atuava na defesa do patrimônio público. Nesta entrevista, ele conta em primeira mão sobre a nova ferramenta lançada pelo MPF e esclarece como tem sido aplicada a Lei de Improbidade Administrativa (LIA).

Mariana Bananal
1º período de Jornalismo

Revelação: No ano em que o senhor chegou a Uberaba, comemoraram-se os 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa. Qual o impacto desta lei, em especial, para as novas gerações de políticos uberabenses?

Thales Messias: Ainda não tenho vivência suficiente para aferir quanto aos ideários e à conduta dos políticos uberabenses, seja como cidadão, seja como Procurador da República. Em geral, a LIA trouxe benefícios, sim, no sentido de uma melhoria de gestão e na aplicação dos princípios da administração pública no Brasil. É uma lei que sanciona atos de improbidade administrativa que são enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação aos princípios e estabelece como sanções suspensão dos direitos políticos, perda do cargo público, ressarcimento ao erário e proibição de contratar com administração pública. Esses tipos de sanções os políticos temem, até mais do que uma sanção criminal, pois, nesta, os crimes muitas vezes prescrevem e há substituição da pena privativa de liberdade.

Thales sugere maior participação da comunidade

Foto: Enerson Cleiton

Revela: O grande receio é quanto à improbidade?

TM: Na improbidade, a suspensão dos direitos políticos de um cidadão gera um prejuízo muito grande na esfera política porque a pessoa é impedida de se candidatar por certo tempo, tendo efeito inibitório, fazendo com que as pessoas que exercem cargos públicos tenham maior cuidado no manejo dos recursos, no cumprimento dos princípios. Isso é o que assistimos em muitos momentos.

Revela: Quais são as ações do MPF em defesa do patrimônio público e na luta contra a corrupção em Uberaba?

TM: Nesse pouco tempo em que eu pude lidar com os casos, existem ações contra prefeitos que geriram recursos federais transferidos pela União e existem ações de improbidade envolvendo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Revela: No início do ano, o MPF de Uberaba recomendou aos novos prefeitos dos 28 municípios da sua área de atribuição que fossem prestadas contas do recebimento/aplicação das verbas públicas federais a diversas entidades. Qual a finalidade desta medida?

TM: São duas recomendações. Uma para os prefeitos que estavam saindo, no final do ano passado, para prestar contas e deixar a administração em ordem para o próximo prefeito. A outra recomendação dirigiu-se aos prefeitos que chegaram para que prestem contas, deem transparência à casa legislativa, às entidades representativas locais e também à população em geral, dos recursos que estão sendo recebidos do Governo Federalda União. Falo da União porque cabe ao Ministério Público Federal fiscalizar esses recursos. O objetivo também é permitir o controle social. O poder público tem que ser transparente.

> “Existem ações contra prefeitos que geriram recursos federais transferidos pela União

Revela: A medida de elaborar uma recomendação preventiva aos novos prefeitos é uma iniciativa pioneira de Uberaba esse ano ou já havia sido tomada em outros anos ou em outras regiões?

TM: Isso já era feito por colegas do MPF no Nordeste, onde a situação de “terra arrasada” é muito pior. Lá, o controle social é menor, as distâncias são maiores, é tudo

issuu-downloader.com

mais complicado. Então, os colegas de lá tiveram a iniciativa de fazer essas recomendações, tanto ao prefeito que chega, quanto ao que sai, tomando também as medidas repressivas adequadas. Dessa ideia, nós aqui em Uberaba e também colegas de outras regiões estendemos essas ações por procuradorias em todo o Brasil.

Revela: As principais transgressões citadas na recomendação (Licitação inexistente/irregular e Nepotismo/Nepotismo cruzado) são práticas comuns em Uberaba que levam ao crime de improbidade?

TM: A recomendação é preventiva, então, não estou falando de um fato que já tenha ocorrido e sim de evitar irregularidades. Temos alguns procedimentos que investigam problemas em licitação, como em projeto, em definição no edital, no sentido de haver direcionamento de licitação e dispensas indevidas de licitação. Em termos de licitação e contrato eu diria que isto é mais recorrente.

> O MPF é a casa do cidadão. Aquele que quiser ver as coisas acontecerem, nós estamos aqui

Foto: Mariana Bananal

A sede em Uberaba fica localizada na avenida Gabriela Castro Cunha, nº 340, no bairro Vila Olímpica

Revelação: É ação preventiva, mas e se a advertência não bastar?

TM: Se ele insistir, cabe-nos providências repressivas. Uma ação de improbidade administrativa se torna ainda mais impositiva e melhor instruída quando o gestor avisado insistir. A pessoa tem plena consciência daquela irregularidade e faz. Por isso, o Ministério Público concilia instrumentos extrajudiciais, como a recomendação, com os instrumentos judiciais, inclusive os repressivos.

Revela: A maioria dos políticos condenados não cumpre prisão gerando, para muitos, a visão de que no Brasil não há justiça. Como o MPF se porta diante deste fato?

TM: Improbidade não é crime. As sanções previstas na LIA têm natureza cível. Às vezes, essas sanções têm desdobramento mais efetivo do que a condenação criminal porque a condenação criminal, para a pessoa ser presa, ela precisa, em geral, de pegar oito anos e tem de haver muitos crimes para se chegar a essa pena. Às vezes, vai ser muito pior ao infrator ter a indisponibilidade de seus bens, perder esses bens auferidos ilicitamente e ficar com os direitos políticos suspensos. Agora, temos a improbidade e temos o crime. O ideal é que o MP consiga, junto de seus parceiros de outros órgãos, obter, através de uma melhor apuração efetiva, as melhores provas possíveis, para que possa tomar as providências em todas as esferas, na esfera da improbidade e na do crime.

Revela: Quais ações o senhor considera que sejam as mais emblemáticas de Uberaba?

TM: Em relação ao Patrimônio Público, nós temos uma ação de improbidade importante que se refere ao projeto Home Care da prefeitura, que está começando a fase instrutória, ou seja, a fase de produção de provas perante o juiz.

Revela: A falta de manifestação do povo uberabense é um obstáculo para a eficiência da fiscalização do MPF?

TM: Não digo que o povo uberabense esteja alienado, mas em termos estatísticos, pelo que já pude aferir no período em que estou aqui, são poucas as representações envolvendo aplicação de recursos federais. Isso ainda pode melhorar muito. Não sei dizer se a população não está tão preocupada ou se os problemas não são tão grandes assim, nesse curto período em que estou aqui. Lá no Amazonas havia muito mais reclamações. Na oportunidade, ressalto que o MPF é a casa do cidadão. Aquele que quiser ver as coisas acontecerem, nós estamos sempre aqui.

Revela: O povo está descreditado em conquistar seus direitos integrais à cidadania, como educação e saúde de qualidade, muitas vezes inviabilizados por desvios de verba pública para bolsos de particulares. Hoje, pode-se considerar que a divulgação do trabalho investigativo, preventivo e fiscalizador do MPF seja uma esperança?

TM: Acredito que sim. Cidadania e controle social dependem de informação. O que podemos fazer é estar sempre abertos ao cidadão e noticiar, com muita responsabilidade, sem gerar constrangimento a ninguém, as nossas ações e providências. Nesse sentido da transparência, informo que, no mês passado, o MP criou uma ferramenta em que qualquer cidadão pode consultar pela internet qualquer procedimento administrativo ou ação judicial nos nossos sites (aplicativos.pgr.mpf.gov.br/mapas/mpf/atuacao).

issuu-downloader.com

Mulheres vítimas de violência doméstica encontram apoio em Uberaba

A Lei Maria da Penha estimula as denúncias e representa punições mais rigorosas

Pollyana Freitas
Stella Marjory
3º período de Jornalismo

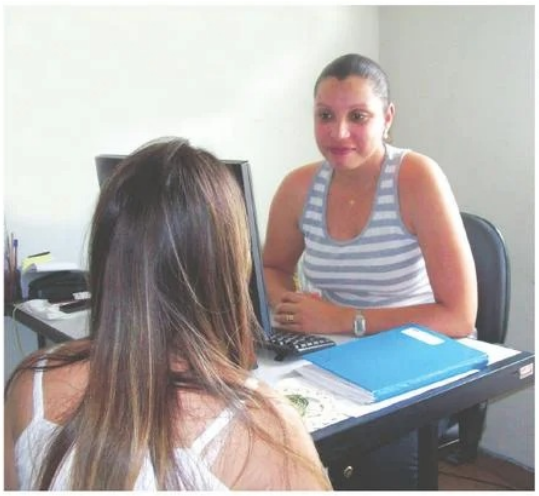
A violência doméstica contra a mulher ocorre não apenas fisicamente. O agressor, que geralmente já teve ou mantém vínculo afetivo com a vítima, pode atingi-la moralmente, psicologicamente, sexualmente a até mesmo patrimonialmente. Em Uberaba, o Centro de Referência e Assistência à Mulher Vítima de Violência Doméstica trabalha juntamente com a Delegacia de Crimes Contra a Mulher para oferecer assistência às vítimas. Em todo o Brasil, existem outros 16 centros que também realizam esse trabalho.

Com o surgimento da Lei Maria da Penha, as punições ficaram mais rigorosas. A pena mínima, que era de um mês e máxima de um ano, além de haver possibilidade de prestação de serviços à comunidade, passou a ser de três meses a três anos, sem penas alternativas. No ano de 2011, foram realizados 1148 atendimentos e, no ano passado, foram cerca de 1400. "Isso não significa que a violência aumentou, apenas mostra que as mulheres estão reivindicando seus direitos", relata a coordenadora do Centro de Assistência à Mulher, Ana Paula Ribeiro Facquinelli.

A vítima de violência doméstica que procura a Delegacia da Mulher, sediada no mesmo endereço que o Centro de Assistência, é acolhida pela equipe formada por duas psicólogas e uma assistente social.

A psicóloga Fernanda Assis declara que o acolhimento da mulher é importante, pois os policiais não estão preparados para lidar com o estado emocional das vítimas.

Uma vítima de agressão, que não quis se identificar, relata com indignação que "as medidas não punem como deveriam e acabamos nos deparando com o agressor, que não fica preso. Isso faz com que deixemos de acreditar na lei, por isso, é importante o acolhimento do Conselho".



Fotos: Stella Marjory

A coordenadora Ana Paula Facquinelli garante que há sigilo

As mulheres podem optar por tomar apenas medidas protetivas, a fim de se afastarem do agressor. Caso a distância estipulada não seja respeitada, este poderá ser preso em flagrante. Muitas vezes, as agressões podem parecer banais e até mesmo rotineiras mas, de acordo com a Lei, a mulher tem direito e o dever de denunciar.

Segundo a coordenadora, é possível perceber os avanços na sociedade com a criação de uma delegacia só para mulheres, já que antes esta unidade era integrada à Delegacia Regional de Segurança Pública, sem as especificidades para atender a esse público.

> "Acabamos nos deparando com o agressor, por isso, é importante o acolhimento

issuu-downloader.com

Detentos e ex-detentos enfrentam dificuldades para trabalhar

Preconceito estaria entre as maiores causas da falta de oportunidades

Gustavo Maluf
Laercio Batista
3º período de Jornalismo

Detentos e ex-detentos passam por dificuldades para conseguir trabalho nas cidades de Uberaba, Sacramento e Conquista.

Em Uberaba, são poucas as oportunidades para quem cumpre pena nos presídios da cidade. Na penitenciária Aluísio Ignácio de Oliveira, há uma fábrica de tijolos ecológicos. O intuito é que os próprios detentos trabalhem na produção dos tijolos, fruto de uma parceria entre o governo de Minas Gerais e a fábrica de tijolos Tijox.

Professor de alvenaria, José Alberto motiva seus alunos

Em vídeo divulgado pelo governo na Internet, o subsecretário do Sistema Prisional do estado, Murilo Andrade, falou sobre a importância de implantar ideias como esta nas penitenciárias do estado: "Essa parceria abre mais uma frente de trabalho e, com isso, teremos mais presos trabalhando. Assim, atingiremos o que a gente pretende, que é humanizar a pena".

Além de aprenderem uma nova profissão, os presos são beneficiados com a remissão da pena e com remuneração de ¾ (três quartos) do salário mínimo e podem continuar no trabalho se mudarem o regime da pena para o semiaberto.

Resultados práticos

Júlio Miranda, detento da penitenciária, falou ao Jornal Revelação sobre a importância do trabalho no cumprimento de sua pena. "O benefício maior pra mim nem é a remissão, pagar a pena mais rápido, mas sim de voltar ao ritmo, voltar a trabalhar. O trabalho dignifica o homem."

Ainda em Uberaba, o Senai (Serviço Nacional e Aprendizagem Industrial) realizou recentemente um curso na penitenciária citada. O professor José Alberto Blanco Oliver ministra aulas de alvenaria (pedreiro) para os detentos. "O que eu pude perceber, na vivência que tive com eles, a visão e expectativa de quando sair do sistema carcerário é de poder trabalhar em uma profissão digna, uma profissão que vai dar um resultado financeiro para eles", ressaltou o professor em tom de satisfação.

O detento Victor Gustavo de Lima Piedade, atualmente cumprindo sua pena por furto em regime semiaberto em Uberaba, conseguiu um trabalho de servente de pedreiro, mas, segundo Victor, foi graças a seu pai. "Meu pai é pedreiro, tinha contatos e conseguiu para mim esse serviço. Se não fosse ele, eu estava perdido. Se não fosse meu pai, iria ter problemas com isso (preconceito), o pessoal conhece ele, foi aí que ajudou."

Foto: Seds

A fábrica de tijolos ecológicos Tijox oportuniza aos detentos da penitenciária redução de pena e remuneção de três quartos do salário mínimo

Perguntado se o preconceito atrapalha um detento ou ex-detento na hora de conseguir um emprego, Victor foi enfático: "Muito. O povo acha que nunca podemos mudar, que o passado sempre vai permanecer presente. Que a qualquer hora vamos aprontar novamente", lamentou.

Realidade regional

Na cidade vizinha de Sacramento, a empresa Sak's, de bolsas e malas, fez uma parceria com o presídio na cidade. A empresa cedeu ao presídio máquinas de costura e treinamento para os presos que optarem por trabalhar. Tudo é mantido com sigilo de informações, tanto por parte da empresa, quanto por parte do presídio.

No presídio, é nítido o receio de comentar o assunto, sempre seguido de um pedido de autorização judicial para fazer fotos e até mesmo falar com os presos beneficiados pela parceria.

No município de Conquista, o último trabalho realizado pelos detentos na cadeia pública da cidade foi uma oficina de artesanato. As peças ficavam expostas em vários locais da cidade disponíveis para a venda. A renda era destinada às famílias dos presos, que também contavam com a remissão da pena.

issuu-downloader.com

UNIUBE

ABERTA

FEIRA DE PROFISSÕES

18 DE MAIO'13
9h às 17h • Sábado
Campus Aeroporto
Uberaba - MG

ESTANDES DE CURSOS
OFICINAS DE REDAÇÃO
PALESTRAS
APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS

Faça sua **pré-inscrição**,
valide-a no dia do evento e concorra a

4 TABLETS*

patrocínio do Crédito Universitário PRAVALER

INSCRIÇÕES GRATUITAS, NESTE EVENTO, PARA
VESTIBULAR, PIAS E EAD*
(Exceto Medicina)
(Inscrição somente com CPF próprio)

*Conforme regulamento no site

akinafoto.com

VESTIBULAR
JUN'2013
MEDICINA 15/06
DEMAIS CURSOS 16/06

ENTRADA FRANCA

Apoio:

Você estuda e vive melhor
PRAVALER
Crédito Universitário

0800 34 3113
www.uniube.br

UNIUBE

A universidade
à altura
dos seus sonhos.

issuu-downloader.com